



CONCURSO PÚBLICO C-207
EDITAL N° 01/2020 – SEPLAD/PCPA



M1413001N

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA

INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL (IPC)

NOME DO CANDIDATO _____

INSCRIÇÃO _____

Nível

SUPERIOR

Turno

MANHÃ

PROVA

01

Lembre-se de marcar o número acima na folha de respostas!



**instituto
aacp**

Fraudar ou tentar fraudar
Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do
Código Penal

Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com **sessenta questões objetivas e uma questão discursiva**, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Sobre o material a ser devolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esses documentos devem ser devolvidos ao fiscal na saída, devidamente preenchidos e assinados.

Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no dia posterior à aplicação da prova no site do **Instituto AACP** no endereço eletrônico www.institutoaacp.org.br

Língua Portuguesa

Entrevista com Maria Silvia Bolguese e Ricardo Moreno

Maria Silvia Bolguese, psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

CULT – O que é a depressão?

Maria Silvia Bolguese – Em relação à psicanálise, quero destacar que a depressão pode ser compreendida considerando-se um espectro que vai desde os estados depressivos considerados normais, ou seja, reações de recolhimento do sujeito frente a dificuldades da vida, por um lado, ou angústias e desequilíbrios advindos de instabilidades internas; até as manifestações melancólicas graves, que impedem, inibem as possibilidades do existir.

CULT – Por que a depressão pode ser considerada um sintoma social?

Maria Silvia Bolguese – Sujeitos deprimidos e medicados são os sujeitos conformados à lógica dominante, que visam apenas a partir de si mesmos corrigir seu mal-estar. A passividade contemporânea em relação às condições sociais e políticas é decorrência dessa ideologia da culpabilização e responsabilização dos sujeitos. Claro está que os estados depressivos graves e melancólicos devem ser tratados pelo que produzem de sofrimento a seus portadores, mas não se pode deixar de considerar em nenhum caso as condições de vida a que esses mesmos sujeitos estão submetidos.

Ricardo Moreno, psiquiatra e coordenador do Programa de Transtornos Afetivos do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (IPQ)

CULT – Sob o ponto de vista da psiquiatria, o que é a depressão?

Ricardo Moreno – Depressão é uma doença que tem como base uma disfunção química do cérebro, ou seja, os sistemas de neurotransmissão são comprometidos. Ela se caracteriza por uma série de sinais e sintomas. Ela tende a recorrer ao longo da vida e tem uma série de prejuízos em vários níveis. Depressão não é tristeza, não é uma reação emocional a um evento qualquer.

CULT – A depressão pode ser motivada por fatores sociais?

Ricardo Moreno – Não. Isso é uma coisa que se fala há muito tempo, principalmente algumas vertentes interpretativas, mas a depressão não pode ser causada por fatores sociais. O que nós sabemos das causas da depressão: primeiro, há uma causa genética – 40% dos pacientes com depressão têm um fator genético envolvido. Mas não é somente o componente genético, tem de haver um componente psicossocial e psicológico. O que se sabe é que indivíduos que têm predisposição a ter depressão, quando submetidos a estresse, físico ou psicológico, podem ou não desenvolver a doença, dependendo da vulnerabilidade genética que eles têm e a capacidade psicológica de lidar com o estresse.

Adaptado de:
https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista__trashed/. Acesso em: 14 jan 2021.

1

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) os entrevistados convergem em suas posições sobre as causas da depressão.
- (B) a definição do que seja a depressão é ponto pacífico entre psicanalistas e psiquiatras, já que não é possível analisá-la sob ângulos diferentes.
- (C) Bolguese apresenta uma visão binária sobre a depressão: ou o indivíduo é depressivo ou ele não é.
- (D) Moreno assume uma posição categórica a respeito da influência de fatores sociais no desenvolvimento do quadro depressivo.
- (E) Bolguese defende que sujeitos deprimidos não devem ser medicados, já que a depressão é um sintoma social, não fisiológico.

2

Assinale a alternativa correta sobre o excerto “Isso é uma coisa que se fala há muito tempo [...]”.

- (A) Ao utilizar a expressão “se fala”, o entrevistado se exime da obrigação de explicitar qual o agente que executa a ação de falar.
- (B) O pronome demonstrativo “isso” retoma um referente que está fora do texto e próximo da pessoa a quem se fala (o entrevistador) e não da pessoa que fala (o entrevistado).
- (C) A expressão “há muito tempo” poderia ser substituída por “muito tempo atrás”, sem que isso infringisse qualquer norma gramatical.
- (D) A substituição de “se fala” por “fala-se” causaria um prejuízo semântico ao excerto.
- (E) A utilização do verbo “fala” no presente do indicativo sinaliza uma ação que ocorre simultaneamente ao momento em que o entrevistado profere sua resposta.

3

Assinale a alternativa que apresenta, entre parênteses, uma reescrita gramatical e semanticamente adequada para a pergunta apresentada.

- (A) Por que a depressão pode ser considerada um sintoma social? (A depressão pode ser considerada um sintoma social por que?).
- (B) Por que a depressão pode ser considerada um sintoma social? (Por que a depressão pode se considerar um sintoma social?).
- (C) Sob o ponto de vista da psiquiatria, o que é a depressão? (Pelo viés da psiquiatria, qual é a definição de depressão?).
- (D) Sob o ponto de vista da psiquiatria, o que é a depressão? (Através do olhar da psiquiatria, a depressão é o que?).
- (E) A depressão pode ser motivada por fatores sociais? (É possível que a depressão seja consequência de fatores individuais?).

4

Em “Depressão é uma doença que tem como base uma disfunção química do cérebro, ou seja, os sistemas de neurotransmissão são comprometidos.”, a expressão em destaque indica que a oração que vem a seguir é

- (A) dispensável para o entendimento do texto.
- (B) mais importante do que aquilo que foi dito anteriormente.
- (C) uma correção do que foi dito anteriormente.
- (D) uma paráfrase do que foi dito anteriormente.
- (E) uma explicação adicional ao que foi dito anteriormente.

5

Em “[...] indivíduos que têm predisposição a ter depressão, quando submetidos a estresse, físico ou psicológico, podem ou não desenvolver a doença [...]”, o trecho em destaque tem primordialmente um valor temporal, sinalizado por “quando”. No entanto, também é possível depreender, secundariamente, um valor de

- (A) causa (porque são submetidos a estresse...).
- (B) concessão (embora sejam submetidos a estresse...).
- (C) consequência (de forma que são submetidos a estresse...).
- (D) condição (se forem submetidos a estresse...).
- (E) conclusão (portanto são submetidos a estresse...).

Raciocínio Lógico

6

Três funcionários, identificados por X, Y e Z, foram selecionados para realizar três atividades diferentes, identificadas por A1, A2 e A3, sendo que cada funcionário realiza uma atividade diferente ou não dos demais. Sabe-se que:

- se o funcionário Z não realizar a atividade A1, então o funcionário X realiza a atividade A2;
- se o funcionário Z realizar a atividade A1, então o funcionário Y não realiza a atividade A3;
- o funcionário Y realiza a atividade A3.

Dessa forma, com certeza, é correto afirmar que

- (A) o funcionário X não realiza a atividade A2.
 (B) o funcionário Z realiza a atividade A2.
 (C) o funcionário X realiza a atividade A1.
 (D) o funcionário Z não realiza a atividade A3.
 (E) o funcionário X realiza a atividade A2.

7

Considere a seguinte sentença: “Se consigo ler 10 páginas de um livro a cada dia, então leio um livro em 10 dias”. Uma afirmação logicamente equivalente a essa sentença dada é

- (A) “Consigo ler 10 páginas de um livro a cada dia e leio um livro em 10 dias”.
 (B) “Se consigo ler 10 páginas de um livro a cada dia, então não consigo ler um livro em 10 dias”.
 (C) “Se não consigo ler um livro em 10 dias, então não consigo ler 10 páginas de um livro a cada dia”.
 (D) “Consigo ler 10 páginas de um livro a cada dia e não consigo ler um livro em 10 dias”.
 (E) “Se não leio 10 páginas de um livro a cada dia, então não consigo ler um livro em 10 dias”.

8

Se a proposição “Todos os notebooks são computadores” é sempre verdadeira, então é correto afirmar que

- (A) “Algum notebook não é computador”.
 (B) “O conjunto dos notebooks contém o conjunto dos computadores”.
 (C) “Nenhum computador é notebook”.
 (D) “O conjunto dos computadores contém o conjunto dos notebooks”.
 (E) “Nem todo notebook é computador”.

9

O total de maneiras possíveis de se classificar três produtos, sendo que cada produto pode ser classificado como tipo I, tipo II ou de ambos os tipos, é igual a

- (A) 9.
 (B) 18.
 (C) 27.
 (D) 36.
 (E) 45.

10

Um grupo composto por cinco peritos, escolhidos entre sete possíveis peritos, deve ser formado para determinada investigação. Sabe-se que um dos possíveis peritos é do sexo masculino e os demais são do sexo feminino. A probabilidade de que esse grupo seja formado somente com peritos do sexo feminino é igual a

- (A) $\frac{2}{7}$.
 (B) $\frac{1}{5}$.
 (C) $\frac{1}{9}$.
 (D) $\frac{4}{7}$.
 (E) $\frac{2}{5}$.

Noções de Informática

11

Qual é um tipo de praga virtual que é utilizado para gravar/registrar todas as teclas pressionadas em um teclado de forma secreta, para que a pessoa que utiliza o dispositivo não saiba que está sendo monitorada?

- (A) Adwares.
- (B) Worm.
- (C) Spyware.
- (D) Keyloggers.
- (E) Trojan.

12

O dispositivo de armazenamento de dados que não possui partes móveis em sua estrutura, fazendo com que não sofra falhas mecânicas, pois nada se movimenta dentro da sua estrutura, denomina-se

- (A) HDDs.
- (B) SSDs.
- (C) SATA.
- (D) SCSI.
- (E) SASs.

Conhecimentos sobre o Estado do Pará

13

No ano de 2019, o estado do Pará alcançou a maior taxa de geração de empregos formais na Região Norte do Brasil. O destaque se deveu ao setor de

- (A) serviços, seguido do setor de comércio.
- (B) navegação, seguido do setor da indústria.
- (C) construção, seguido do setor da agricultura.
- (D) automação, seguido do setor de atividades imobiliárias.
- (E) extrativismo, seguido do setor de alojamento e alimentação.

14

Conforme o Art. 7º da Resolução nº 185, de 19 fevereiro de 2012, os representantes dos órgãos que atuam nas Regiões Integradas de Segurança Pública e Defesa Social (RISP) terão, cumulativamente às atribuições que já exercem em suas Instituições, que

- (A) realizar intercâmbio de informações e dados estatísticos úteis para a redução dos índices criminais na RISP.
- (B) constituir estratégias conjuntas de integração operacional e cooperação regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a respectiva AISP.
- (C) desenvolver planos de monitoramento territorial para o estabelecimento de unidades de atendimento à população de áreas de alta vulnerabilidade.
- (D) determinar os limites operacionais de cada região a partir dos resultados obtidos pelo Índice de Ocorrências.
- (E) estabelecer rotina de reuniões e monitoramento do cumprimento de metas operacionais pertinentes à RISP.

Noções de Estatística

15

Uma amostra aleatória de $n = 5$ inquéritos arquivados em uma delegacia é composta pelas seguintes idades completas, em anos, de indivíduos que cometeram roubo à mão armada: 21, 22, 22, 21 e 24. Então, a média e o desvio padrão amostral são, respectivamente,

- (A) 21 e 1,200.
- (B) 22 e 1,500.
- (C) 23 e 1,100.
- (D) 22 e 1,225.
- (E) 21 e 0,950.

16

Uma testemunha de um roubo afirma que o ladrão tem uma estatura mediana de 1,70 m. Então, pode-se esperar que, em termos de probabilidade, as alturas X de possíveis suspeitos se situem em

- (A) $P(X < 1,70) = P(X > 1,70) = 50\%$.
- (B) $P(X = 1,70) = 50\%$.
- (C) $P(X > 1,70) = 75\%$.
- (D) $P(X < 1,70) = 25\%$.
- (E) $P(X < 1,70) = P(X > 1,70) = 25\%$.

17

Considere um experimento no qual se escolhe, ao acaso, um ponto de um círculo centrado na origem do Sistema Cartesiano e que tem raio $R = 2$ cm. Então, a probabilidade de o ponto escolhido situar-se, no máximo, a 1,5 cm da origem é

- (A) 75%.
- (B) 56,25%.
- (C) 25,75%.
- (D) 37,5%.
- (E) 12,5%.

18

Uma gaveta contém canetas de três cores: pretas, azuis e vermelhas. A quantidade de canetas de cada cor é, respectivamente, 50% de pretas, 30% de azuis e 20% de vermelhas. Sabe-se, ainda, que existem algumas dessas canetas sem tinta nas seguintes porcentagens: 70% das pretas, 60% das azuis e 30% das vermelhas. Qual é a probabilidade de que uma caneta retirada ao acaso da gaveta não tenha tinta?

- (A) 31%
- (B) 25%
- (C) 50%
- (D) 59%
- (E) 28%

19

Sejam A_1, A_2, A_3, \dots eventos aleatórios mutuamente exclusivos e exaustivos, isto é, os A_i são disjuntos e $\cup A_i = \Omega$, então os eventos A_i formam uma partição do espaço amostral Ω . Considere o enunciado: "Seja o evento B contido na partição Ω , $B \subset \Omega$. Então, a probabilidade de ocorrência do evento A_j condicionada à ocorrência do evento B é dada pela expressão:

$$P(A_j | B) = \frac{P(A_j) \cdot P(B | A_j)}{\sum_i P(A_i) \cdot P(B | A_i)} \text{ ,}$$

Esse é o enunciado do seguinte teorema:

- (A) Teorema de Bayes.
- (B) Teorema da Probabilidade Total.
- (C) Teorema Central do Limite.
- (D) Teorema da Multiplicação ou da Probabilidade Composta.
- (E) Teorema de Bertrand-Tchebychev.

Contabilidade

20

Segundo a doutrina, o regime contábil que considera o reconhecimento das receitas e das despesas com base nos seus respectivos fatos geradores, independente de qualquer recebimento ou pagamento, é denominado

- (A) regime de competência.
- (B) regime de caixa.
- (C) regime misto.
- (D) regime financeiro.
- (E) regime orçamentário.

21

Referente ao Balanço Patrimonial, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) É uma demonstração contábil cuja finalidade reside na apresentação da posição financeira e patrimonial da entidade em determinada data.
- (B) O balanço patrimonial representa uma posição estática da entidade, compreendendo todos os bens e direitos, as obrigações e o patrimônio líquido em determinada data.
- (C) No ativo, as contas serão dispostas em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados.
- (D) O ativo não circulante é composto pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- (E) O patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

22

Acerca da situação líquida e da equação fundamental do patrimônio, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A situação líquida positiva é quando o total de bens e direitos é maior que o total das obrigações.**
- II. A situação líquida negativa é quando o total de bens e direitos é menor que o total das obrigações.**
- III. Na equação fundamental do patrimônio, o patrimônio líquido é diretamente relacionado com o ativo e inversamente relacionado com o passivo.**

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

23

A respeito da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) INCORRETA(S).

- I. É uma demonstração contábil que apresenta a confrontação entre receitas e despesas da entidade, em observância ao regime de caixa.**
- II. Objetiva evidenciar a situação financeira da entidade, avaliando o seu desempenho.**
- III. Integra o capital próprio da entidade, pois o resultado gerado (lucro ou prejuízo) comporá o patrimônio líquido.**

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

24

No Balanço Patrimonial, NÃO são classificados no ativo não circulante os

- (A) direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.
- (B) direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente.
- (C) direitos que tenham por objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da entidade.
- (D) direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da entidade.
- (E) direitos com diretores que não constituírem negócios usuais, na exploração do objeto da entidade, independentemente do prazo de vencimento.

Noções de Direito Administrativo

25

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 22/1994 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará), assinale a alternativa correta.

- (A) A pena de repreensão será aplicada verbalmente nos casos de transgressões disciplinares leves que não justifiquem imposição de penalidade mais grave.
- (B) A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com repreensão e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder de sessenta dias.
- (C) A demissão por inassiduidade habitual incompatibiliza o ex-policial para nova investidura em cargo de policial civil pelo prazo de cinco anos.
- (D) Ao Delegado Geral da Polícia Civil compete aplicar a penalidade nos casos de demissão ou suspensão superior a trinta dias.
- (E) Configura abandono de cargo a ausência intencional ao serviço por mais de quinze dias consecutivos.

26

Assinale a alternativa correta tendo em vista o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.810/1994).

- (A) Considera-se como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de faltas abonadas, no máximo de três ao mês.
- (B) Referente às licenças, o pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo menos cinco dias antes de findo o prazo.
- (C) A licença para tratamento de saúde superior a trinta dias só poderá ser concedida mediante inspeção realizada por junta médica oficial.
- (D) A licença para tratamento de saúde em pessoa da família será concedida com remuneração integral nos três primeiros meses.
- (E) No caso de aborto, atestado por médico oficial, a servidora terá direito a quinze dias de repouso remunerado.

27

Em determinado procedimento licitatório na modalidade tomada de preço, Geraldo, presidente da comissão de licitações do Município “YZ”, desclassificou todas as propostas apresentadas pelos licitantes participantes do certame, pois não atendiam às exigências do ato convocatório da licitação. Diante dessa situação hipotética e em consonância com as disposições da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de

- (A) três dias úteis para a apresentação de outras propostas desprovidas de vícios.
- (B) oito dias úteis para a apresentação de outras propostas desprovidas de vícios.
- (C) cinco dias corridos para a apresentação de outras propostas desprovidas de vícios.
- (D) dez dias corridos para a apresentação de outras propostas desprovidas de vícios.
- (E) quinze dias corridos para a apresentação de outras propostas desprovidas de vícios.

28

Sobre a Lei Estadual nº 8.972/2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) O administrado, perante a Administração, tem o direito de ser atendido em, no máximo, vinte minutos.
- (B) É vedado ao servidor ou à autoridade declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo.
- (C) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- (D) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias úteis, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- (E) A decisão fora do prazo legal implica a nulidade do processo.

29

Considerando a temática da organização administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O instituto da desconcentração está fundado na hierarquia e se configura pela distribuição interna de competência no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.
- (B) Na outorga, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado, ao passo que, na delegação, apenas a execução é transferida, permanecendo com o Estado a titularidade do serviço.
- (C) Os órgãos autônomos são caracterizados por serem imediatamente subordinados aos órgãos independentes e diretamente subordinados aos seus agentes.
- (D) Consoante a doutrina, as fundações públicas de direito privado têm sua criação autorizada por lei específica enquanto as fundações públicas de direito público são criadas por lei específica, não dependendo de registro para que sejam instituídas.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Noções de Direito Constitucional

30

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- (A) é livre a manifestação do pensamento, inclusive no anonimato.
- (B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, não sendo, contudo, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que os regimentos internos estabelecerem.
- (D) é livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (E) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

31

Acerca da nacionalidade tratada na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- (B) São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por dois anos ininterruptos e idoneidade moral.
- (C) Dentre outros, são privativos de brasileiro nato os cargos de carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
- (D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em razão de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- (E) Aos portugueses com residência transitória ou permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

32

Considerando a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A investidura em cargo ou emprego público e as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração dependem de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- (B) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- (C) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado, mas não terá prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.
- (D) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (E) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos expressamente na Constituição Federal.

33

Em relação às disposições da Constituição Federal, acerca do poder executivo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- (B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria simples de votos, não computados os em branco e os nulos.
- (C) Nas eleições presidenciais, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até quinze dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- (D) Se, decorridos vinte dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- (E) A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no segundo domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

34

Carlos foi eleito em 2018 para ocupar o cargo de Deputado Estadual. Em 2019, Carlos e sua esposa Carmem se divorciaram. Em 2020, Carmem tem a intenção de iniciar sua carreira política concorrendo para a prefeitura de um município localizado no mesmo Estado em que Carlos foi eleito. Considerando a situação hipotética apresentada e o que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) Carmem é elegível, tendo em vista que ocorreu o divórcio um ano antes das eleições, sendo este o prazo exigido em lei para a elegibilidade.
- (B) Carmem é inelegível em razão do vínculo conjugal, sendo que o divórcio durante o exercício do mandato não afasta a inelegibilidade.
- (C) Carmem pode se candidatar à prefeitura do município, mas não ao cargo de vereadora.
- (D) Carmem é elegível, tendo em vista que o território de jurisdição do cargo almejado é diferente do de Carlos.
- (E) Carmem é inelegível em qualquer prefeitura, inclusive de municípios fora do território de jurisdição em que Carlos foi eleito, em razão do impedimento vinculado ao cargo de prefeito.

Noções de Direito Penal

35

Referente ao Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- (B) Consoante a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é possível a combinação de leis penais (*lex tertia*), desde que se favorável ao réu.
- (C) Não há de se falar em *abolitio criminis* nas hipóteses em que, nada obstante à revogação formal do tipo penal, o fato criminoso passa a ser disciplinado perante dispositivo legal diverso. Nesses casos, verifica-se a incidência do princípio da consunção normativa.
- (D) Os prazos de natureza penal são improrrogáveis, salvo se terminarem em sábados, domingos ou feriados, hipóteses em que serão prorrogados até o primeiro dia útil que se seguir.
- (E) Caracteriza-se o crime impossível por impropriedade absoluta do objeto quando o meio de execução utilizado pelo agente é, por sua natureza ou essência, incapaz de produzir o resultado.

36

Em determinado momento de escassez de água, em razão da ausência de chuvas, entrou em vigor nova lei penal que tornou crime a conduta de lavar carros e/ou calçadas, enquanto perdurasse o período de racionamento de água. Diante do caso hipotético exposto, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- (A) retroativa.
- (B) temporária.
- (C) excepcional.
- (D) Intermediária.
- (E) exculpante.

37

Em consonância ao Código Penal, foram adotadas, via de regra, quanto ao tempo e ao lugar do crime, bem como quanto ao concurso de pessoas, respectivamente, as teorias

- (A) do resultado, da atividade e monística.
- (B) da atividade, do resultado e pluralística.
- (C) da atividade, mista e unitária.
- (D) do resultado, da ubiquidade e unitária.
- (E) da ubiquidade, da atividade e monística.

38

André cumpre pena em estabelecimento prisional em razão de condenação transitada em julgado pela prática do crime de peculato. Carlos, já condenado em primeira instância, responde em liberdade, em grau de recurso, perante o Tribunal de Justiça do Pará, pela suposta prática do crime de peculato. Advém que entrou em vigor nova lei penal que extirpou do ordenamento jurídico o crime de peculato, ocorrendo a *abolitio criminis*. Considerando as situações hipotéticas narradas, assinale a alternativa correta.

- (A) A inovação legislativa não poderá beneficiar André e Carlos, haja vista que não estava em vigor na data dos fatos.
- (B) A *abolitio criminis* beneficiará Carlos, mas não poderá ser aplicada a André, pois, nesse caso, já ocorreu o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- (C) A *abolitio criminis* beneficiará André e Carlos, cessando, em virtude dela, a execução e os efeitos penais e civis da sentença penal condenatória.
- (D) A nova lei penal beneficiará André e Carlos e será aplicada, em ambos os casos, pelo juiz natural de 1º grau competente no caso concreto.
- (E) A *abolitio criminis* beneficiará André e Carlos, sendo que, para este, será aplicada pelo Tribunal de Justiça do Pará e, para aquele, tal mister compete ao Juízo das execuções.

39

No tocante aos princípios de Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Se de um lado o princípio da proporcionalidade impõe a proibição do excesso, de outro lado esse postulado também impede a proteção insuficiente de bens jurídicos, pois não tolera a punição abaixo da medida correta.
- (B) A afirmativa: “a reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial” é justificada pelo princípio do *ne bis in idem*.
- (C) Consoante a jurisprudência, para a incidência do princípio da insignificância, devem ser relevados o valor do objeto do crime e os aspectos objetivos do fato, tais como, a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada.
- (D) A vedação do *bis in idem* impede a imputação ao agente de um crime (e de uma nova ação penal), cometido no contexto fático de outro delito, o qual era desconhecido na ação penal a este correspondente.
- (E) A criminalidade de bagatela imprópria possui natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade.

40

Analise a seguinte situação hipotética:

Vicente, brasileiro, durante suas férias em Moscou (Rússia), cometeu o crime de roubo contra uma loja de conveniência local e, lá, foi processado e condenado à pena de quatro anos de reclusão, os quais já foram integralmente cumpridos. Ocorre que, pelo mesmo crime, também foi processado e condenado, no Brasil, à pena de sete anos de reclusão. De acordo com o Código Penal, Vicente

- (A) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, tendo em vista que já cumpriu integralmente sua pena na Rússia.
- (B) não deverá cumprir pena alguma no Brasil, haja vista que o caso narrado representa hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
- (C) deverá cumprir, em razão da soberania brasileira, mais sete anos de reclusão no Brasil.
- (D) deverá cumprir, em virtude do princípio da independência das instâncias, mais sete anos de reclusão no Brasil.
- (E) deverá cumprir, ainda, três anos de reclusão no Brasil.

41

Sobre o Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A coação física irresistível funciona como causa excludente da culpabilidade, em face da inexigibilidade de conduta diversa. Já a coação moral irresistível exclui a conduta e, conseqüentemente, o fato típico.
- (B) O estado de necessidade é compatível com a *aberratio ictus*, na qual o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, atinge pessoa ou objeto diverso do desejado, com o propósito de afastar a situação de perigo a bem jurídico próprio ou de terceiro.
- (C) No tipo misto cumulativo, a lei penal descreve duas ou mais condutas como hipóteses de realização de um mesmo crime, de maneira que a prática sucessiva dos diversos núcleos caracteriza um único delito.
- (D) O resultado naturalístico é imprescindível nos crimes formais.
- (E) O estado de necessidade recíproco, embora possível de ocorrer no caso concreto, é incompatível com o ordenamento jurídico brasileiro.

42

Assinale a alternativa correta conforme a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- (A) Consoante ao STJ, é admissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- (B) Conforme entendimento do STJ, o sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, torna impossível a configuração do crime de furto.
- (C) Nos termos da jurisprudência do STF, há crime ainda quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- (D) De acordo com o STJ, a mera indicação do número de majorantes é suficiente para fundamentar o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado.
- (E) Segundo o STJ, é possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do CP, nos casos de crime de furto qualificado, se estiverem presentes a primariedade do agente, o pequeno valor da coisa e a qualificadora for de ordem objetiva.

43

Helena, desatenta por natureza, encontra-se em débito com o fisco municipal, razão pela qual dirige-se à repartição pública competente e, espontaneamente, entrega a Benício, funcionário público estadual que estava no gozo de suas férias e apenas visitava o local no momento, determinada quantia em dinheiro a título de pagamento dos valores devidos. Percebendo a confusão de Helena, Benício mantém-se em silêncio e apropria-se do dinheiro. Considerando essa situação hipotética e de acordo com o Código Penal, Benício responderá pelo crime de

- (A) estelionato.
- (B) apropriação de coisa havida por erro.
- (C) peculato apropriação.
- (D) peculato mediante erro de outrem.
- (E) corrupção passiva.

44**Assinale a alternativa correta segundo o Código Penal.**

- (A) No crime de omissão de socorro, a pena é aumentada de metade se da omissão resultar lesão corporal de natureza grave e, dobrada, se resultar a morte.
- (B) Aumenta-se a pena pela metade, se o crime de maus-tratos é praticado contra pessoa menor de catorze anos.
- (C) É impunível a calúnia contra os mortos.
- (D) No crime de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- (E) O querelado que, antes da sentença, retrata-se cabalmente da difamação ou da injúria fica isento de pena.

Noções de Direito Processual Penal

45**De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A lei processual penal veda expressamente o uso de interpretação extensiva e analógica.
- (B) O princípio processual penal da territorialidade é regra que assegura a soberania nacional, pois não convém ao Estado brasileiro aplicar normas procedimentais estrangeiras para apurar e punir um delito ocorrido dentro do território brasileiro.
- (C) A nova lei processual penal não se aplica desde logo, mas aguarda o término do processo já instaurado.
- (D) O processo penal rege-se em todo o território brasileiro, excetuados os Territórios da União.
- (E) O processo penal terá estrutura inquisitória, permitida a iniciativa do juiz na fase de investigação.

46**Sobre as regras legais do inquérito policial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A lavratura de boletim de ocorrência pelo ofendido não é meio hábil para iniciar o inquérito policial.
- (B) A autoridade policial não poderá mandar instaurar inquérito após comunicação verbal de suposto crime feita por pessoa do povo.
- (C) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, só caberá recurso para o governador.
- (D) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser iniciado sem a própria representação.
- (E) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

47**De acordo com as normas processuais penais vigentes no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O inquérito policial que tramitar perante a Justiça Estadual deve ser concluído em trinta dias caso o investigado esteja solto, podendo ser prorrogado após decisão do magistrado responsável.
- (B) Não se tramitam inquéritos policiais perante a Justiça Federal.
- (C) De acordo com a Lei de Tóxicos, o inquérito policial que apura o crime de tráfico de entorpecentes tem os mesmos prazos de conclusão previstos no Código de Processo Penal.
- (D) Se o investigado estiver preso, o prazo de conclusão do inquérito policial será o mesmo de quando ele estiver solto.
- (E) Nos crimes contra a economia popular, o prazo para conclusão do inquérito é de cem dias caso o investigado esteja preso.

48

Tencionando apurar um suposto crime de estelionato, Fulano consulta-se com um advogado para iniciar uma investigação a respeito. Diante dessa situação hipotética, as opções de Fulano são:

- (A) lavrar um boletim de ocorrência no Fórum de Justiça ou protocolar uma notícia de crime na Defensoria Pública.
- (B) prender em flagrante a pessoa suspeita e conduzi-la coercitivamente à Delegacia de Polícia.
- (C) solicitar determinação verbal do magistrado corregedor da comarca para que se instaure o inquérito de ofício.
- (D) ajuizar ação de medida cautelar preparatória para, em seguida, oferecer denúncia criminal direta.
- (E) lavrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia ou protocolar uma petição de notícia de crime na mesma repartição ou diretamente no Ministério Público.

49

Após investigação preliminar, apurou-se que Beltrano, habitante de Santarém-PA e réu primário de bons antecedentes, cometeu crime de furto qualificado após quebrar uma janela residencial e subtrair para si um aparelho televisor albergado no local. Pela atual legislação processual penal e considerando a situação hipotética descrita, Beltrano poderá

- (A) ser denunciado por crime hediondo, sem direito a livramento condicional.
- (B) ser beneficiado por suspensão condicional do processo (*sursis processual*).
- (C) celebrar acordo de não persecução penal, pois a pena mínima do crime de furto qualificado não supera quatro anos de prisão.
- (D) pactuar transação penal, uma vez que a pena mínima do crime de furto qualificado não supera dois anos de prisão.
- (E) promover acordo de reparação de danos e livrar-se da persecução penal antes da prolação de sentença condenatória.

50

Fazendo ronda em determinado bairro de Marabá-PA, a Polícia Militar decide aleatoriamente invadir uma residência para apurar eventual depósito de entorpecentes. Infiltrando-se na morada, encontra meio quilo de maconha guardado em um cofre de metal. De imediato, os policiais deram ordem de prisão em flagrante contra o morador do local, Sicrano, pessoa reincidente em crime. Diante dessa situação hipotética e dos fatos apresentados, assinale a alternativa correta.

- (A) Sicrano será levado à Delegacia de Polícia e a autoridade policial converterá sua prisão em flagrante em prisão preventiva.
- (B) Mesmo reincidente, Sicrano poderá celebrar acordo de não persecução penal com o Ministério Público, vez que o delito a ele imputado não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.
- (C) A prisão deve ser relaxada e a diligência declarada nula, por constituir prova ilícita derivada da ilegal invasão domiciliar.
- (D) Deve ser agendada audiência de custódia para que o magistrado competente desclassifique o indiciamento por tráfico para o de porte para consumo de entorpecentes.
- (E) Sicrano não poderá ter sua prisão em flagrante relaxada pelo Poder Judiciário por ser reincidente em condenação criminal anterior.

51

Fulana foi presa em flagrante após ser encontrada com uma pistola utilizada, momentos antes, para a prática de um crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas. Seu comparsa empreendeu fuga. Fulana teve sua custódia inicial convertida em prisão preventiva, mas não está satisfeita com o seu atual cárcere e consulta um advogado para tentar remediar sua situação processual. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa que comporta a medida processual correta para aliviar a custódia de Fulana, tendo em vista que ela possui bons antecedentes e um filho de oito anos de idade.

- (A) Fulana deve requerer à autoridade policial a colocação de tornozeleira eletrônica.
- (B) A defesa de Fulana pode solicitar ao diretor do presídio feminino a harmonização de regime prisional, do fechado para o aberto, já que ela é portadora de bons antecedentes.
- (C) A defesa de Fulana pode requerer ao Ministério Público a conversão da prisão preventiva para a prisão em regime semiaberto, para que ela possa trabalhar externamente.
- (D) O advogado de Fulana deve requerer a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, já que ela é mãe de uma criança de oito anos de idade.
- (E) O advogado de Fulana deve propor que ela confesse circunstanciadamente sua culpa, para conseguir a celebração de um acordo de não persecução penal que a liberte mais rapidamente.

52

De acordo com o atual Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência ou em casa de albergado, podendo dela ausentar-se com autorização judicial.
- (B) Não será concedida fiança nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (C) Nos crimes de tortura, a fiança só poderá ser concedida por órgão judiciário colegiado.
- (D) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a três anos.
- (E) Se assim recomendar a situação econômica do preso, a fiança poderá ser reduzida em dois terços ou suspensa, mas não dispensada.

53

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O agente público que reconhecer um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial remeterá seu conteúdo a um responsável para sua preservação.
- (B) O início da cadeia de custódia dá-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (C) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- (D) É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.
- (E) Na central de custódia, a entrada e a saída de vestígio deverão ser protocoladas, consignando-se informações sobre a ocorrência no inquérito que a eles se relacionam.

54

Diante das regras do direito processual penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Juizado Especial Criminal celebrar acordo de não persecução penal oferecido junto com denúncia que imputa crime de pena mínima abstratamente cominada em dois anos e seis meses de reclusão.
- (B) O *sursis* processual penal não pode ser oferecido quando se tratar de crime de competência da Justiça Federal.
- (C) O investigado que preencher os requisitos da transação penal necessariamente preencherá os requisitos do acordo de não persecução penal.
- (D) Os crimes de menor potencial ofensivo são aqueles que ensejam transação penal quando não houver violência ou grave ameaça na ação do agente.
- (E) Havendo possibilidade de celebrar transação penal e acordo de não persecução penal, deve o primeiro ser priorizado, por ser mais benéfico ao réu.

Legislação Especial (Legislação e todas as suas alterações)

55

Referente ao Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), assinale a alternativa correta.

- (A) O Sistema Nacional de Armas (Sinarm), instituído no Ministério da Defesa, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.
- (B) A Polícia Militar expedirá autorização de compra de arma de fogo, após atendidos os requisitos estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo essa autorização intransferível.
- (C) A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento dessa Lei.
- (D) Ao Exército compete cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade.
- (E) A autorização para o porte de arma de fogo, de uso permitido em todo o território nacional, é de competência do Sinarm e somente será concedida após autorização da Polícia Federal.

56

Adolfo, objetivando a divulgação do nazismo, distribuiu pelas ruas de seu município distintivos e ornamentos que utilizavam a cruz suástica. Diante do caso hipotético exposto, bem como considerando as disposições da Lei nº 7.716/1989, Adolfo, se condenado, estará sujeito à pena de

- (A) detenção de seis meses a dois anos e multa.
- (B) detenção de dois a quatro anos e multa.
- (C) reclusão de um a três anos e multa.
- (D) reclusão de dois a cinco anos e multa.
- (E) reclusão de três a oito anos e multa.

57

À luz do disposto na Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013), assinale a alternativa correta.

- (A) O acordo de colaboração premiada e os depoimentos do colaborador serão mantidos em sigilo até o recebimento da denúncia ou da queixa-crime, sendo vedado ao magistrado decidir por sua publicidade em qualquer hipótese.
- (B) As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo máximo de setenta e duas horas.
- (C) A condenação com trânsito em julgado acarretará ao funcionário público a perda do cargo, da função, do emprego ou do mandato eletivo e a interdição para o exercício de função ou cargo público pelo prazo de cinco anos subsequentes ao cumprimento da pena.
- (D) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até a metade a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.
- (E) O prazo para oferecimento de denúncia ou o processo, relativos ao colaborador, poderão ser suspensos por até um ano, prorrogável por igual período, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração, suspendendo-se o respectivo prazo prescricional.

58

Conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei dos Juizados (Lei nº 9.099/1995).
- (B) A ação penal nos crimes de lesão corporal leve cometidos em detrimento da mulher, no âmbito doméstico e familiar, é pública incondicionada.
- (C) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (D) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata essa Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- (E) À ofendida é facultada a opção de propor ação de divórcio e de partilha de bens no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

59

Análise a seguinte situação hipotética com base na Lei nº 9.807/1999:

Márcia foi testemunha de um crime de homicídio qualificado e, após o ocorrido, vem sendo coagida e exposta à grave ameaça em razão de estar colaborando com a investigação criminal. Diante disso, a autoridade policial que conduz a investigação solicitou ao órgão executor o ingresso de Márcia no programa de proteção especial a vítimas e testemunhas. Considerando que ela ingressou no referido programa e que não existem circunstâncias excepcionais no caso narrado, a proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de

- (A) um ano.
- (B) dois anos.
- (C) três anos.
- (D) quatro anos.
- (E) cinco anos.

60

Assinale a alternativa correta consoante a Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

- (A) O crime de tortura é imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.
- (B) Aquele que se omite diante de condutas tipificadas como tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de dois a quatro anos.
- (C) Se do crime de tortura resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a doze anos.
- (D) Se o crime de tortura é cometido mediante sequestro, aumenta-se a pena de um sexto até dois terços.
- (E) A condenação acarretará a perda do cargo, da função ou do emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Discursiva

Josimar, adolescente morador de Belém-PA, registrou boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia informando ter sido vítima de um roubo majorado pelo uso de arma de fogo, nas imediações de seu bairro. Na ocorrência, Josimar relatou que sua bicicleta foi subtraída por um homem adulto. Ciente do relato, a autoridade policial emanou alerta ao batalhão da Polícia Militar para que se atentasse a uma bicicleta em posse de pessoa suspeita. Dias mais tarde, em ronda ostensiva, a força pública avistou um sujeito entrando em uma residência com uma bicicleta semelhante àquela descrita por Josimar. De pronto, dois policiais ordenaram que o sujeito parasse para ser revistado. Após abordagem, busca e apreensão, foi ele identificado como Nivaldo e a bicicleta em sua posse foi apreendida por não haver nota fiscal que comprovasse sua compra. Fizeram, ainda, busca em sua residência para tentar localizar a arma de fogo, mas nada foi encontrado. Nivaldo foi preso em flagrante e levado à Delegacia de Polícia para autuação e interrogatório. Nesse ínterim, os policiais fotografaram Nivaldo e enviaram a imagem por telefone celular para Josimar, que o reconheceu como o autor do roubo sofrido. Nivaldo teve sua prisão em flagrante homologada e convertida em prisão preventiva de ofício pelo juízo competente.

Diante dos fatos narrados sobre essa situação hipotética, responda e justifique:

1) Conforme o Código de Processo Penal vigente, o reconhecimento de pessoa feito em Nivaldo está em conformidade com a fórmula prevista na legislação processual penal aplicável? 2) Quais são as características das buscas domiciliares e pessoais segundo a legislação processual penal aplicável? 3) A prisão preventiva decretada é juridicamente viável?

Instruções e Rascunho para Discursiva

- A Prova Discursiva será avaliada conforme a tabela 12.2 do Edital nº 01/2020 de Concurso Público nº C-207.
- O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
 - a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- Use, no mínimo, **15 linhas e, no máximo, 30 linhas** para elaborar sua resposta, sendo desconsiderado na avaliação qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 linhas.
- Use caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta para redigir a resposta de sua Discursiva.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização



instituto aacp